

TOLDO CHIMBANGUE

A vida em tempo de planta

Antes que o sol apareça por trás dos morros, adiante do rio Irani, o dia começa para os **Kaingang** do Toldo Chimbanguê. Ainda escuro, o homem levanta, ajeita o fogo no chão ou no fogão de lenha, e põe uma chaleira com água pra esquentar. Nos dias mais frios do rigoroso inverno do Oeste catarinense, mesmo quem tem fogão de lenha faz um fogo no chão, pra a quente-se. E se o frio é demais, o jeito é dormir perto do fogo.

A mulher já levanta também. Com uma caneca d'água, tira o sono, na higiene matinal.

A erva está cara; já passou de Cr\$ 600,00 o quilo. O jeito é emendar o chimarrão — ou *encilhar*, como dizem os gaúchos — pondo um pouquinho de erva nova sobre a erva velha já usada que ficou na cuia. Muitas vezes o jeito é ajeitar a erva velha e tomar um chimarrão lavado mesmo.

O rádio ligado numa das emissoras locais (a **Rádio Velha** ou a **Índio Condá**) toca músicas sertanejas, ou essas músicas de consumo **ditas** sertanejas. Milionário e José Rico não faltam em nenhuma emissora. Mas também há muita música "gauchesca": coisas tipo vanerão e xote, e Teixeira marca presença constante nessas programações. No meio, alguns avisos: "Atenção Barra da Chalana, sr. Fulano de Tal: sua esposa deu à luz uma robusta criança. Mãe e filha passam bem. Pede que venha e traga dinheiro". Segue-se o noticiário, que sempre os **Kaingang** acompanham com atenção. Buscam especialmente ouvir e entender tudo o que diga respeito aos povos indígenas. Têm acompanhado tudo sobre o Mário Juruna e, ultimamente, toda a questão dos **Pataxó**.

Algumas famílias tomam café com pão feito em casa. Ou comem algum bolinho frito, de farinha; ou nada, quando escasseia de vez o recurso.

O recurso escasseia justamente no tempo de maior trabalho na lavoura: de agosto a dezembro. É tempo de lavrar, carpir, roçar, plantar, limpar. O tempo das frutas terminou em julho/agosto. As frutas dão bem, na beira do Irani, porque a cerração no inverno não deixa que a geada mate. E com a venda de laranjas e bergamotas (tangerinas) é que conseguem recursos no tempo do inverno.

O começo do ano, até abril, é tempo de milho verde, abóbora, melancia, feijão. É tempo de fartura. As vendas de produto a partir de janeiro (feijão do cedo) e especialmente de abril a julho (milho e feijão do tarde)

servem para pagar as dívidas na bodega (comércio) e sobrar um dinheirinho.

Isso no tempo em que os bodegueiros ainda "davam gasto" pros índios. Mas isso são coisas que o **Kaingang**, a mulher e os filhos já vão pensar lá na roça, enquanto vão carpindo o inço, limpando a plantação.

Foi desde quando tomaram dos **Kaingang** o último pedaço de terra do Chimbanguê, que eles têm de trabalhar como "parceiros", pagando 50% da produção ao ocupante da sua terra. Alguns têm contrato verbal ("bocalmente"), outros por escrito. Mas os contratos escritos são exemplares aberrações contra a lei (Estatuto da Terra). Além disso, não existe um único colono* que cumpra suas obrigações legais para receber os 50% da produção. Não dão casa para as famílias de agregados (sejam índios ou não), obrigando as famílias dos agregados a se abrigar em ranchos. Não fornecem os instrumentos de trabalho, como bois, arado, carroça. Muitas vezes, para os índios nem a semente fornecem.

E os recursos para alimentar a família no tempo de cuidar das plantas, o índio deve conseguir por "crédito" em alguma bodega. Lá ele retira o que precisa, o que vai sendo anotado numa conta que ele acerta na colheita, com a condição de vender seu produto (milho e feijão) ao bodegueiro que foi seu fornecedor. As vantagens para o bodegueiro são muitas, é claro: cobra do indígena preços superiores pelos produtos vendidos "a crédito"; ao receber o produto do índio para acertar as dívidas, paga um preço menor que os dos cereais maiores, além de roubar no peso; não extrai nota nem dá recibo; e se a família indígena não puder saldar toda a dívida, por uma frus-



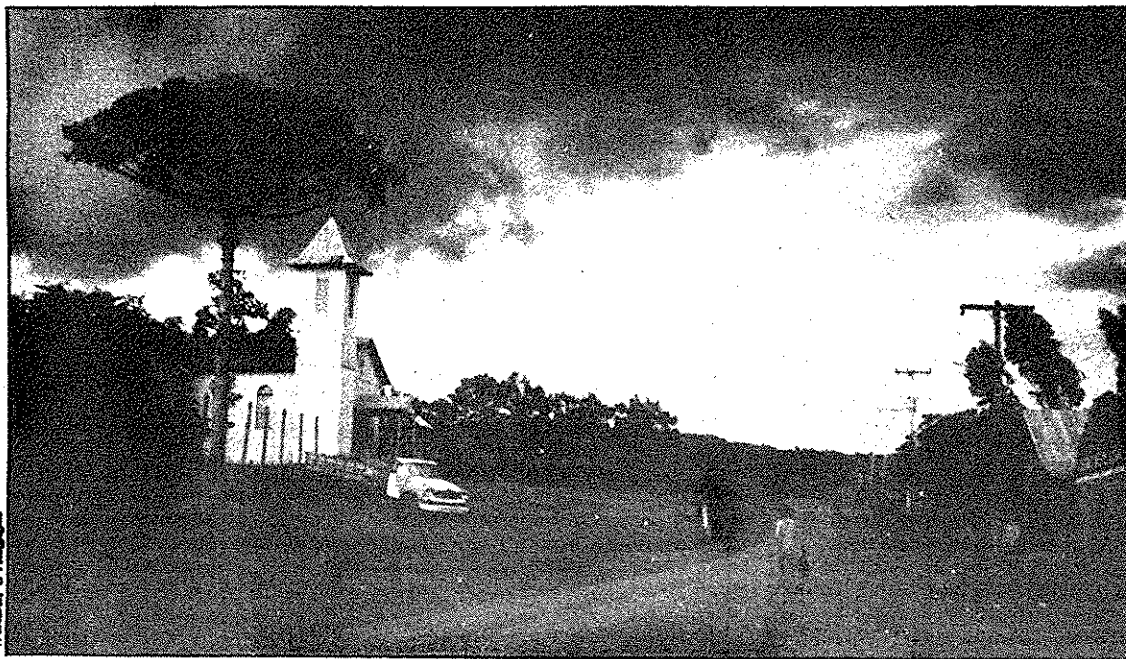
Arrumar a erva velha e tomar o chimarrão lavado, rotina da escassez

tração de safra qualquer, a dívida passa para a safra seguinte, com juros de 60% ao ano.

O BOICOTE AOS KAINGANG

Mas isso tudo, que foi a rotina anual dos **Kaingang** do Chimbanguê nos últimos 10 anos, terminou em 1982. Como a vila de Sede Trentin, onde estão as bodegas, situa-se dentro das terras indígenas, exatamente no lugar tradicional da aldeia do Chimbanguê (vide mapa), os bodegueiros estão

ameaçados de sair da área, caso os índios a reconquistem integralmente, conforme sua decisão. Daí que os bodegueiros têm participado do boicote aos índios, entendendo que, se tirarem as condições de subsistência dos **Kaingang**, estes se verão forçados a deixar a área. O boicote compreende, também, ações de colonos que buscam expulsar os índios que são seus "parceiros", apressando o encerramento de contratos, saltando prazos e, até, invadindo a área de plantio do "parceiro" — índio.



Ainda escuro, começa o pesado dia de trabalho em suas terras usurpadas

Pensando em tudo isso, enquanto carpe sob o sol que vai ficando cada vez mais quente, o **Kaingang** lembra que, nos dois ou três dias seguintes, precisará deixar de lado o serviço da sua roça, para ir trabalhar por dia em algum colono perto (roçar, carpir), a fim de obter algum dinheiro para comprar banha, arroz e, se der, farinha. O preço médio do dia de serviço na região é Cr\$ 2.000,00. Mas, para os índios, os colonos têm pagado a metade disso. Como a banha já passou de Cr\$ 1.500,00 o quilo e o arroz já chegou a Cr\$ 500,00, um dia de serviço mal dá para um quilo de cada um desses dois produtos. A farinha de trigo, o fubá e o querosene ficam pra outra vez. Isso se, "Deus o livre", não ficar ninguém doente na família.

O **Kaingang** vai pensando nessas coisas quando chega em casa, suado. Toma ainda um chimarrão e almoça: mandioca ou batata doce, um pedaço de pão e uma caneca de café. Algum terá arroz no almoço, ou canjica soçada no pilão. Algum outro, às vezes, um torresmo. Feijão, esse ano ninguém tem mais, que a chuvarada acabou com a safra em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. E a deles foi junto. Durante o almoço, ouvem notícias. Depois, sentam à sombra de alguma fruteira, o rádio ligado na "hora dos avisos". O **Kaingang** apronta um cigarro de palha, que pita com calma, pensando na vida, na luta, nas roças. Quando o sol refresca um pouco, pela meia tarde, retornam à roça. Os dias são lerdos, compridos, e dá pra trabalhar até seis e meia.

Nesse tempo ainda ocorrem boas chuvas. As vezes, dá chuva de dois dias seguidos. A chuva atrapalha o serviço da roça, ou impede o ganha-pão do trabalho assalariado por dia.

A noite, escutam novamente notícias e avisos no rádio. Deitam cedo, normalmente. Algumas vezes, porém, se toma chimarrão à beira do fogo, horas a fio, falando dos tempos antigos, dos avós e pais; contando e aprendendo histórias dos antigos e coisas da religião, do sobrenatural.

Há histórias de lutas dos **Kaingang**; de brancos que foram flechados; de viagens a pé por centenas de quilômetros; de secas e de boas plantas. Há histórias de onça e tamanduá, e de macaco e onça. Há histórias de Pedro Malasartes ("Pedro e Pedro", advertem). Há histórias de viagem, de "panelas de dinheiro". E há notícias de como se faziam os casamentos, de como guerreavam ou de como consultavam a terra ou um

TOLDO CHIMBANGUE

po de cipó para saber a posição do inimigo. De como enterravam os antigos. Contam de uma vez em que os gaúchos invadiram todas as roças, todos os campos — uma praga. E contam da vez em que o sol queria se terminar, que chegou a ficar "do tamanho de uma estrela", mas "aquilo" se foi depois e o sol voltou.

As noites são, assim, essas horas de recuperar o orgulho de ter uma história antiga, milenar. O orgulho de quem tem raízes lançadas tão longe, no tempo, que a memória não alcança; coisas que ficaram pra trás do "tempo do bisavô do meu avô". São um tempo de viver a dimensão mais profunda de si mesmos, gostosamente e, também, nostálgicamente. Porque, no dia seguinte, antes que o sol se levante por trás dos morros, os **Kaingang** estarão tomando um chimarrão "lavado" e pensando no alimento que não têm para os filhos.

O RENASCIMENTO, NA LUTA

Tudo isso tem uma longa história de roubo e sofrimento, que os **Kaingang** estão dispostos a encerrar. Por esse motivo, não há cansaço que os impeça de reunir-se aos sábados, sob a liderança do Cacique Xêyuyá (Quati) e seus auxiliares — Angelin e Antoninho — para discutir seus problemas, seus planos e as idas e vindas das gestões pela recuperação de suas terras.

Tomaram a decisão política de recuperar sua área a qualquer custo, pois "quem já veio até aqui não pode parar no meio do caminho". Ou, na expressão de um líder rural: "Quem já está no interno, não custa meter a mão no diabo". Os auxiliares do cacique têm avisado colonos para encerrarem cortes de madeira na área. Procuraram até a imprensa para publicar essa advertência. Também já enviaram avisos escritos a colonos para não colocarem



Egon Heck

O centenário Francisco Rókág

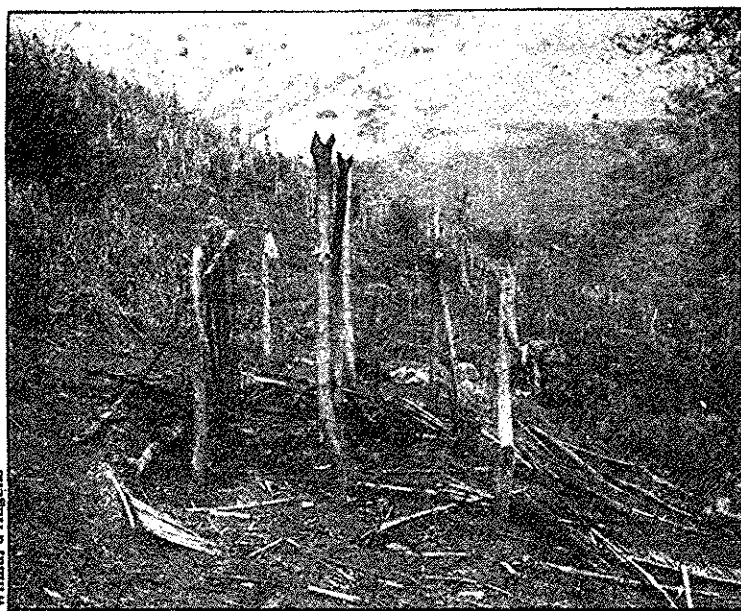
mais "agregados" nas terras, e, pela imprensa, alertaram os bancos para que não tomem terras no Chimbanguê por garantia de empréstimos a colonos.

Os **Kaingang** do Toldo Chimbanguê, nesse novo ânimo de vida, estão voltando a falar sua língua, fazendo questão de mostrar que a sabem ou, no caso dos mais mestiços, que a querem aprender.

Para Ana da Luz, irmã do cacique, permanecer na terra do Chimbanguê é não abandonar os antigos, "que estão enterrados aqui", e recuperar a área é garantir um espaço para viverem a vida do seu jeito — que o índio tem "outro regime, diferente do português".

(*) colono: pequeno proprietário, agricultor, imigrante ou descendente de imigrantes europeus. A base da estrutura agrária do Oeste catarinense e do Planalto rio-grandense é o minifúndio, e a maioria desses proprietários é descendente de imigrantes alemães e italianos.

WILMAR D'ANGELIS



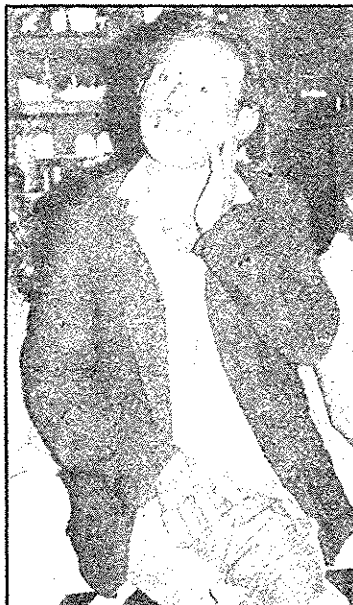
Do rancho do velho Rókág restaram apenas cinzas

Resistindo, trinta anos após a invasão

O Toldo Chimbanguê está localizado à margem direita do rio Irani, no município de Chapecó, Oeste de Santa Catarina. Até há cerca de 30 anos, abrangia as terras limitadas entre o rio Irani e seu afluente à direita, o Lagoado Lamberdor, e, ao norte, por uma linha seca — tudo compreendendo cerca de 2 mil hectares, isto é, 800 alqueires (vide mapa).

A colonização da região por imigrantes alemães e descendentes de imigrantes italianos, vindos do Rio Grande do Sul, atingiu a área indígena. Alvo de demarcações (legitimações de posse) fraudulentas no final do século XIX, as terras do Toldo Chimbanguê acabaram incluídas num imóvel titulado como Fazenda Barra Grande, que, por sucessivas transmissões, chegou às mãos da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda., sediada em Porto Alegre.

A entrada de colonos na terra indígena foi, portanto, obra dessa colonizadora. O processo atingiu direta e violentamente o núcleo habitacional do Toldo Chimbanguê nos anos 50, obrigando os **Kaingang** a transferir suas casas para as barrancas do Rio Irani, distanciando-se do seu cemitério secular, que, na "entrada" da área, permaneceu como memória e guarda do direito indígena. A época dessas invasões, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) reconhecia o grupo indígena e sua área, denominando-o, nos recentes censamentos oficiais, **Toldo Irani**. A regularização das terras do Chimbanguê (Toldo Irani) chegou, inclusive, a constar do plano de ação do SPI para 1946, sendo



Egon Heck

Ngó: Tentativa de homicídio

que sua população aldeada seguia sendo computada no levantamento do SPI de 1954.

Em 1951, a própria Empresa Luce, Rosa & Cia. solicitava oficialmente ao SPI a remoção "dos índios" da área. Isso significa nada menos que o reconhecimento da existência dos **Kaingang** ali, quando a Constituição em vigor (de 1946) garantia a inalienabilidade das terras indígenas.

O SPI permaneceu nas intenções e a área dos **Kaingang** foi sendo paulatinamente tomada, até o último pedaço, consumando-se o esbulho total em 1973. A partir daí, sequer um palmo de terra indígena podia ser plantado pelos próprios indígenas, sem a obrigação de dar "a meia" (50%) ao "patrão" (o adquirente — ilegal — da terra).

A história dos **Kaingang** do Chimbanguê, a partir de então, alterou-se, principal-

mente na intensidade e grau das pressões e violências. Com maior frequência se queimaram casas de indígenas, com o caso extremo do velho Francisco Marcelino Rókág, que contava então mais de 100 anos de idade. E as agressões chegaram a tentativas de homicídio (baleamento de índios), espancamentos, invasão de roças etc. Todo e qualquer inquérito para apuração desses crimes acabava sendo arquivado.

Em 1982, definitivamente, os **Kaingang** do Toldo Chimbanguê resolveram organizar-se para recuperar sua área e para fazer frente às violências. Após alguns anos desorganizados, elegeram novamente um cacique, que nomeou dois auxiliares. Iniciaram as "romarias" aos órgãos ditos competentes e à imprensa. Estiveram com o Juiz da Vara Criminal e Menores de Chapecó. Estiveram na 4ª Delegacia Regional da Funai, em Curitiba, por duas vezes: junho de 1982 e abril de 1983. Estiveram, também duas vezes, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — seção de Santa Catarina.

Esgotado o prazo que deram à Funai (16-6-1983), os **Kaingang** promoveram a interpeleção judicial do órgão, pedindo as razões de sua omissão e que defina prazos para cumprir com suas obrigações de demarcar a terra indígena. Enquanto isso, na área, os **Kaingang** tratam de liberar áreas para plantio, sem o pagamento de 50% aos invasores.

A situação tem gerado tensões que se estão avolumando e podem resultar em conflito mais sério, a persistir a omissão da Funai.

Kaingang

CHIMBANGUE

